

Estero

Esfera Fidelidade S.A.

CNPJ nº 31.595.265/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras da Esfera Fidelidade S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.
A Esfera Fidelidade S.A. foi constituída em agosto de 2018 com o objetivo de desenvolver e gerenciar programa de fidelidade de clientes, próprios ou de terceiros. Iniciou suas operações em dezembro de 2018.
Política de Distribuição de Dividendos:
Do lucro líquido apurado serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal até atingir 20% do Capital Social.
A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva de contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado, assim previsto no art. 195 da Lei nº 6.404/76.
A quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 1% (um por cento), no mínimo do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo art. 202 da Lei nº 6.404/76, a ser pago em 2022, será de R\$ 1.610.276,00.
Do saldo do lucro líquido remanescente, por proposta da diretoria, a assembleia geral poderá deliberar a

formação de reserva para reforço do capital de giro e reserva para equalização de dividendos, sendo destinado 50% (cinquenta por cento) para cada.
Os Administradores aprovaram em reunião realizada em 30/04/2021, a proposta de aumento de capital, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do excesso proveniente das contas de Reserva para Reforço de Capital e Reserva para Equalização de Dividendos, passando o capital social de R\$ 101.337 (cento e um mil, trezentos e trinta e sete mil) para R\$ 265.588 (duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito mil e oitenta e oito), representado por 10.001 (dez mil e um) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
Patrimônio Líquido e Resultado:
Em 31 de dezembro de 2021 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 719.417 (31/12/2020 - R\$ 366.925). O lucro líquido apresentado no exercício de 2021 foi de R\$ 355.873 (31/12/2020 - R\$ 266.116).
Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totais atingiram o valor de R\$ 2.243.316 (31/12/2020 - R\$ 1.610.276). Desse montante, destacamos, R\$ 1.850.567 que são representados por ativos financeiros ao custo amortizado (31/12/2020 - R\$ 1.508.975).
Em 31 de dezembro de 2021, os passivos totais atingiram o valor de R\$ 1.523.900 (31/12/2020 - R\$ 1.243.351). Desse montante, destacamos, R\$ 1.344.622 que são representados por direitos de regates (31/12/2020 -

R\$ 1.143.898).
Outras Informações
A política de atuação da Esfera Fidelidade S.A. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
Ademais, a Esfera Fidelidade S.A. confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.
Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
São Paulo, 31 de março de 2022
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo Circulante		2.177.900	1.554.184
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.18 b	1.478	159
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	48.18 b	1.850.567	1.508.975
Outros Ativos Financeiros	5	312.097	22.316
Outros Créditos Fiscais	6	13.758	24.734
Ativo não Circulante		65.416	56.992
Ativos Fiscais Diferidos	7	51.696	41.873
Ativo Permanente			
Ativo Intangível		13.720	14.219
Ativo Intangível (Amortizações Acumuladas)	8	21.100 (7.380)	16.339 (2.120)
Total do Ativo		2.243.316	1.610.276

BALANÇO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante		1.484.499	1.215.205
Contas a Pagar	9	112.073	40.026
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	5.985	5.715
Obrigações Fiscais	10	11.189	18.088
Adiantamento de Clientes	10	10.630	9.478
Direitos de Regates	11	1.344.622	1.143.898
Passivo não Circulante		39.400	28.146
Passivos Fiscais	12	39.400	28.146
Total do Passivo		1.523.899	1.243.352
Patrimônio Líquido			
Capital Social	13 a	265.588	101.337
Reserva de Lucros	13 c & 13 d	453.829	265.588
Total do Patrimônio Líquido		719.417	366.925
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.243.316	1.610.276

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Contexto Operacional
A Esfera Fidelidade S.A. é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelidade de clientes, próprios ou de terceiros, a comercialização de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes, a criação e manutenção de banco de pontos físicos e jurídicos, obtenção e processamento de informações transacionais referente a hábitos de consumo, prestação de serviços auxiliares ao comércio de bens e produtos, além da aquisição de itens e produtos relacionados, direta e indiretamente, a consecução das atividades anteriormente descritas, exploração do ramo de agência de viagens e turismo, prestação de serviços turísticos em geral, venda, comissionada ou intermediada remunerada de passagens individuais ou coletivas, passeios, viagens e excursões, intermediação remunerada na reserva de acomodações, venda comissionada de produtos ou bens de produtos manufaturados, seminários/manufaturados destinados a atender no campo de utilidades básicas e complementares e todas necessidades vitais, úteis ou meramente volupárias na órbita pessoal, doméstica, comercial ou industrial, a atuação como programa de incentivos para o Santander ou outras empresas, comercialização de espaços de comunicação na sua plataforma de marketplace, venda de pontos para clientes e de assinatura de pontos, concessão de descontos para clientes através de consumos de serviços ou bens, participação em outras sociedades ou estrangeiras, como acionista ou quotista. As receitas da Esfera Fidelidade estão representadas por serviços prestados a partes relacionadas com empresas do Conglomerado Santander. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade. A Esfera Fidelidade iniciou suas atividades operacionais em dezembro de 2018.
Efeitos da Pandemia - COVID-19
A administração monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram constituídos Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.
A empresa mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de trabalho e a intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiveram os sintomas da COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios certos de atendimento. Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuará a ser acompanhado pela Administração.
b) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Esfera Fidelidade, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes pertinentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na reunião realizada em 31 de março de 2022.
O resultado e a posição financeira da Esfera Fidelidade S.A. estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

Normas Ainda Não Vigentes
As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
Alteração ao IAS 37/CPC 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 - "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022.
(i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
(ii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referência a norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua incorporação em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
Alteração ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade de eventos após o balanço de encerramento, os resultados de transações anteriores e outros eventos anteriores. As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
Alteração ao IAS 1/CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações referem-se à "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas retrospectivamente a transações, eventos e condições futuras, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Estimativas Utilizadas
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados podem diferir das estimativas.
Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:
• Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos financeiros e não financeiros;
• Reconhecimento e avaliação de passivos diferidos;
2. Políticas Contábeis e Critérios de Apuração
As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.
b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros Básicos e Outros Tópicos Definições
Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para a entidade, e um passivo financeiro ou instrumento financeiro para outra entidade.
A entidade contabiliza os seguintes instrumentos financeiros básicos:
• Caixa e Equivalentes de Caixa;
• Ativos Financeiros ao Custo Amortizado;
• Direitos de Resgate de **Caixa e Equivalentes de Caixa** e **Ativos Financeiros ao Custo Amortizado**.
Os ativos e passivos financeiros básicos são mensurados ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável.
Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para Fins de Apresentação
Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
• "Caixa e Equivalentes de Caixa" - saldos de caixa e saldos de caixa a vista;
• "Ativos Financeiros ao Custo Amortizado" - créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras;
Os passivos financeiros são classificados por natureza:
• Passivos financeiros ao custo - inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros.
c) Ativo Intangível
É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
A Esfera Fidelidade S.A. avalia ao final de cada exercício ou a qualquer momento, se existir qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.
A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as suas atividades.
d) Outros Passivos
Outros Passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.
e) Reconhecimento de Receitas e Despesas
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
f) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
O PIS (1,65%) e a COFINS (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo.

g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e são classificados como não circulantes.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, em função das operações em aplicações de investimentos futuros e fundamentada em estudo técnico.
3. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes aos depósitos bancários no valor de R\$ 1.478 em 2021 (31/12/2020 - R\$ 159) - Nota 18b.
4. Ativos Financeiros ao Custo Amortizado
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha em aplicações financeiras em Fundo de Investimento - FIC SBAC RF REF DI no valor de R\$ 1.168.767 (31/12/2020 - R\$ 1.257.132) e operações compromissadas com lastro em títulos públicos no valor de R\$ 681.800 (31/12/2020 - R\$ 249.843). As aplicações financeiras são em renda fixa com alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. As cotas de fundos de investimento são mensuradas pelo valor de custo de aquisição ajustado pelas variações das cotas.
A Esfera Fidelidade S.A. não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos nos exercícios de 2021 e 2020.

5. Outros Ativos Financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Pontos Gerados¹	302.037	20.531
Outros ativos	3.065	1.485
Total	315.097	22.316

¹ O aumento expressivo do saldo de Clientes refere-se principalmente a geração de pontos por uso do cartão de crédito.
6. Outros Créditos Fiscais

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL a Recuperar	9.957	21.061
PIS e COFINS a Recuperar	3.801	3.673
Total	13.758	24.734

7. Ativos Fiscais Diferidos
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

Natureza e Origem:	Saldo em 31/12/2020	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2021
Provisão para Contingências Cíveis	16	114	-	130
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.033	1.107	(148)	1.992
Outras provisões e ajustes temporários¹	40.824	11.249	(2.499)	49.574
Total	41.873	12.470	(2.646)	51.696

Valor presente dos créditos tributários é no valor de R\$ 49.737 e não há créditos tributários não ativados. Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
¹ O principal movimento sendo o mais relevante, que impacta no saldo de outras provisões está relacionado a provisões de Pontos do Legado.
b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias	Total Registrados
Ano 2022	16.650	5.994
2023	10.671	3.841
2024	10.671	3.841
2025	20	7
Total	38.012	13.684

8. Permanente
a) Intangível

Custo	Amortização	31/12/2021 Líquido	31/12/2020 Líquido
21.100	(7.380)	13.720	14.219
Total	21.100	(7.380)	13.720

Outros Ativos Intangíveis
Aquisição e Desenvolvimento de Sistemas

31/12/2020	Adição	Baixa	31/12/2021
16.339	4.761	-	21.100
Amortização (2.120)	(5.601)	341	(7.380)
Total	14.219	(840)	-

Outros Ativos Intangíveis
Aquisição e Desenvolvimento de Sistemas

31/12/2021	31/12/2020
107.375	36.797
Dividendos	3.381
Outros	1.317
Total	112.073

10. Obrigações Fiscais
Impostos sobre o Lucro e a Pagar
Impostos sobre Serviços a Pagar Próprios
Impostos à Recolher de Terceiros

31/12/2021	31/12/2020
107.375	36.797
Dividendos	3.381
Outros	1.317
Total	112.073

11. Direitos de Resgates
A Companhia comercializa direitos de resgate de prêmios por meio da emissão de pontos adquiridos pelos seus parceiros. Inicialmente, os valores decorrentes desta comercialização são registrados como direitos de resgate de prêmios no passivo circulante. Os pontos creditados e acumulados, que os participantes têm o direito de resgatar, poderão ser utilizados por meio da troca de produtos ou serviços adquiridos na rede de pontos. Quando o exercício do direito de resgate pelo participante, a obrigação relativa aos pontos acumulados em produtos ou serviços oferecidos pelos parceiros da rede é deduzida dos gastos incorridos na aquisição de produtos ou serviços junto aos parceiros e entregues consequentemente aos participantes, em seguida a Companhia reconhece sua receita. Os valores registrados no grupo de direitos de resgate de prêmios são avaliados pelo seu valor justo no momento da comercialização dos pontos aos parceiros, e os valores de acordo com o preço da obrigação de desempenho no momento do exercício do direito pelos participantes, isto é, no resgate dos pontos por prêmios. Este passivo referente ao programa de fidelidade dos participantes é contabilizado com base no número de pontos disponíveis para serem resgatados e há uma estimativa dos pontos que deverão expirar sem utilização dos participantes. Na prática, os pontos expiram conforme regulamento do Programa.
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram considerados como Direitos de Resgates os saldos no valor de R\$ 1.344.622 (31/12/2020 - R\$ 1.143.898).
12. Passivos Fiscais Diferidos
a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Outras Provisões Administrativas¹	17.053	6.012	-	23.065
Outros	11.093	5.241	-	16.335
Total	28.146	11.254	-	39.400

¹ O valor substancialmente refere-se a Receita de Breakage de Pontos do Legado (Receita Diferida). Valor presente dos débitos tributários é no valor de R\$ 37.740.

Ano	IRPJ	CSLL	Total Registrados
2022	7.651	2.826	13.133
2023	7.851	2.826	13.133
2024	7.851	2.826	13.133
Total	23.552	8.479	39.400

b) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos
Conciliação de Alíquotas

31/12/2021	31/12/2020	
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	525.692	407.601
Resultado Antes dos Impostos	525.692	407.601

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9%, respectivamente

31/12/2021	31/12/2020
178.735	138.584

Receitas não tributáveis, líquidas de despesas não dedutíveis¹

31/12/2021	31/12/2020	
(4.099)	1.032	
(4.816)	1.868	
Imposto de Renda e Contribuição Social	169.820	141.485
Impostos Correntes	170.293	136.517
Impostos Diferidos	(2.000)	4.968
Impostos Pagos no Exercício	(165.060)	(139.487)

¹ Saldo composto substancialmente pela Exclusão de Provisão de Bônus
13. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, totalmente integralizado, está no valor de R\$ 265.588 (31/12/2020 - R\$ 101.337) e representado por 10.001 ações ordinárias nominativas. Os Administradores aprovaram em reunião realizada em 30/04/2021, a proposta de aumento de capital, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do excesso proveniente das contas de Reserva para Reforço de Capital e Reserva para Equalização de Dividendos, passando o capital social de R\$ 101.337 (cento e um mil, trezentos e trinta e sete mil) para R\$ 265.588 (duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito mil e oitenta e oito), representado por 10.001 (dez mil e um) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

DIRETORIA

DIRETORES EXECUTIVOS

Ivan Araujo Bonfanti
Carolina Sobreira Ricciardi
Raphael Camargo Costa
Flavio Freitas de Oliveira Neto

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. Não se trata de uma garantia de que a administração tenha tomado todas as medidas necessárias para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações